

CRISE COVID-19: ESTRATÉGIAS DE TRANSIÇÃO PARA A NORMALIDADE

1. INTRODUÇÃO

a. Considera-se que atual pandemia de COVID-19 se iniciou na China, especificamente na cidade de Wuhan, em 1º DEZ 19, embora o primeiro caso somente tenha sido oficialmente informado em 31 DEZ 19. Desde então, o coronavírus se espalhou rapidamente pelo mundo, estando presente em todos os continentes.

b. Em função de sua rápida propagação, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 30 JAN 2020, que o coronavírus se constituía em uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Em seguida, no dia 4 FEV 20, o governo brasileiro declarou estado de emergência de saúde pública, para prevenir a chegada e, posteriormente, combater a doença no Brasil.

c. Desde então, embora a situação tenha se estabilizado na China, e aparentemente esteja sob controle em alguns outros países, ocorreu um crescimento exponencial dos casos, com milhares de mortes, impactando fortemente a Europa e os Estados Unidos da América (EUA). Dessa forma, em 11 MAR 20, a OMS decretou que o coronavírus se havia convertido em uma pandemia, significando que a doença estava sendo transmitida de forma sustentada, em diversos continentes.

d. Desde 13 FEV 20, quando foi lançado o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus COVID-19, pelo Ministério da Saúde, o Brasil vem adotando uma série de medidas de contenção, com destaque para as de distanciamento social.

e. No momento, praticamente todas as Unidades da Federação adotaram o que foi denominado isolamento horizontal, implicando o fechamento de escolas, empresas e órgãos públicos, restringindo a circulação e o trabalho apenas aos serviços essenciais.

f. Tendo em vista seu forte impacto econômico, essa medida necessariamente tem duração limitada, após o que deve ser feito um retorno ordenado à normalidade. Dessa forma, serão analisados, a seguir, aspectos relacionados com uma estratégia para essa transição.

2. DESENVOLVIMENTO

a. Apresentação do desafio

1) Características do vírus

a) A COVID 19 é uma doença infecciosa respiratória que pode causar, no ser humano, desde sintomas leves, como um resfriado, até complicações sérias como pneumonia, insuficiência respiratória e morte. É um vírus da espécie da família *Coronaviridae*, comum em mamíferos. Esse, em particular, tem a denominação técnica de SARS-Cov2, e provavelmente é uma mutação de um vírus Corona existente em morcegos encontrados na província de Hubei, na China. Outros surtos, causados por vírus corona, ocorreram em anos anteriores, tais como a SARS, em 2002, e a MERS, em 2012. Tais vírus apresentavam patogenicidade muito maior, causando um número muito superior de mortes, percentualmente, em relação à população infectada.

b) Com percentual de mortes por pessoa infectada de 2,2%, em uma amostra variada, a COVID-19 pode ser inclusive assintomática, em parcela considerável da população. Sabe-se que os grupos mais vulneráveis são os idosos e aqueles que já possuem comorbidades, tais como diabetes, insuficiências respiratórias, por doenças variadas, e problemas cardíacos graves. O processo de transmissão do vírus se dá por gotículas de saliva, dos infectados, para outro ser humano que esteja a menos de 1,8 m de distância e sem proteção das mucosas. Sobre algumas superfícies o vírus sobrevive algum

tempo, e pode contaminar, se após tocar uma superfície contaminada, o indivíduo levar a mão aos olhos, nariz ou boca.

c) Embora o vírus seja menos letal que outros, da mesma família, possui período de incubação variável e é transmitido mesmo por indivíduos sem graves sintomas aparentes. Além disso, não possui cura nem vacina, e um elevado percentual dos doentes precisa de cuidados intensivos, com emprego de respiradores. Dessa forma, sua propagação indiscriminada pode levar a um rápido esgotamento da capacidade dos sistemas de saúde.

2) Evolução da pandemia e situação atual

a) Até 31 MAR 20, haviam sido registrados 854.039 casos da doença, que provocaram 42.014 mortos, distribuídos em todo o mundo.

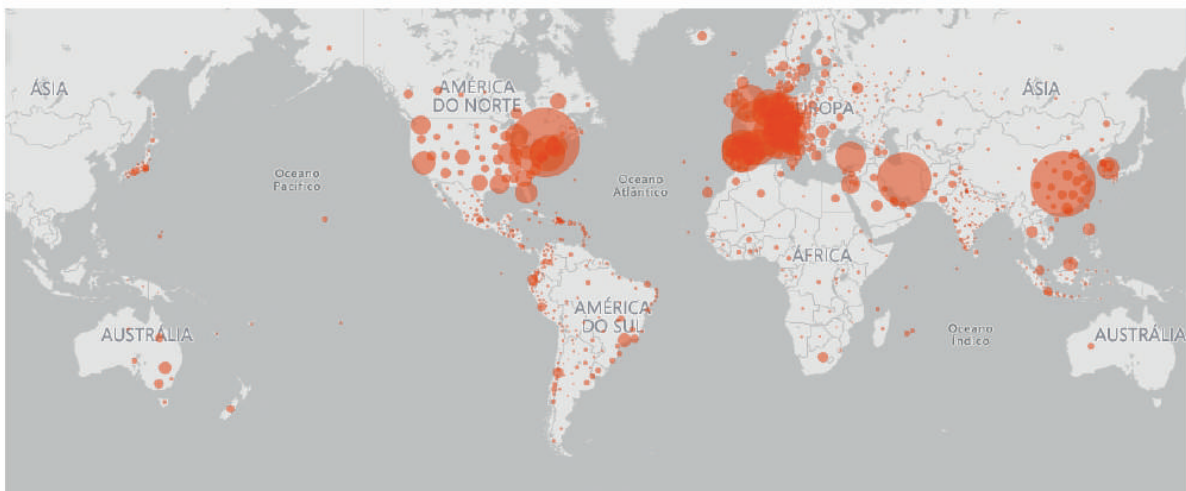


Fig 01: Distribuição espacial em 31 MAR

Global - Propagação ao Longo do Tempo

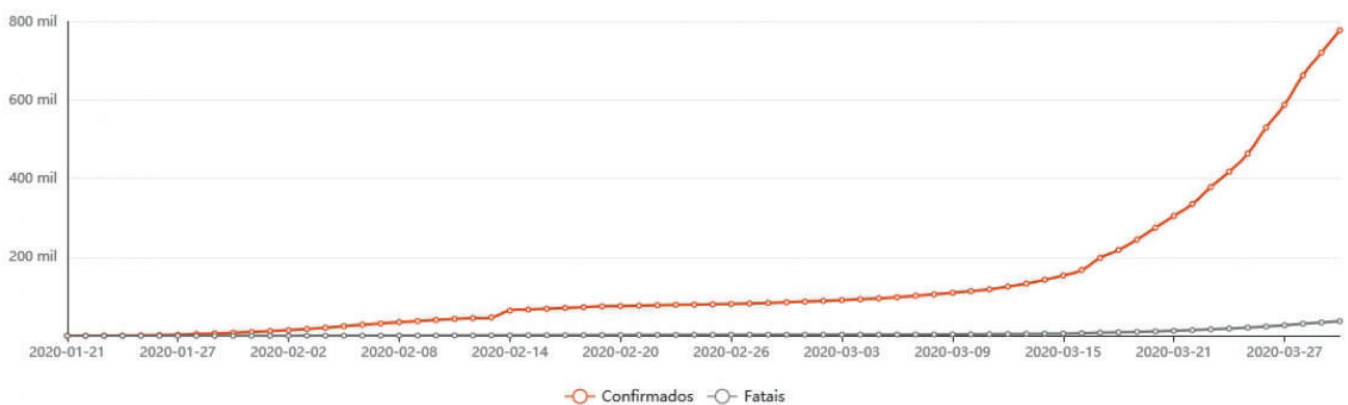


Fig 2: Expansão dos casos confirmados e fatais

b) Embora a expansão inicial tenha sido observada na China, aquele país alega já ter contido a epidemia, que se deslocou primeiramente para a Europa, onde adquiriu graves dimensões na Itália e na Espanha, e posteriormente para as Américas, fazendo com que os EUA sejam, atualmente, o novo foco da doença.

Comparação por total de casos

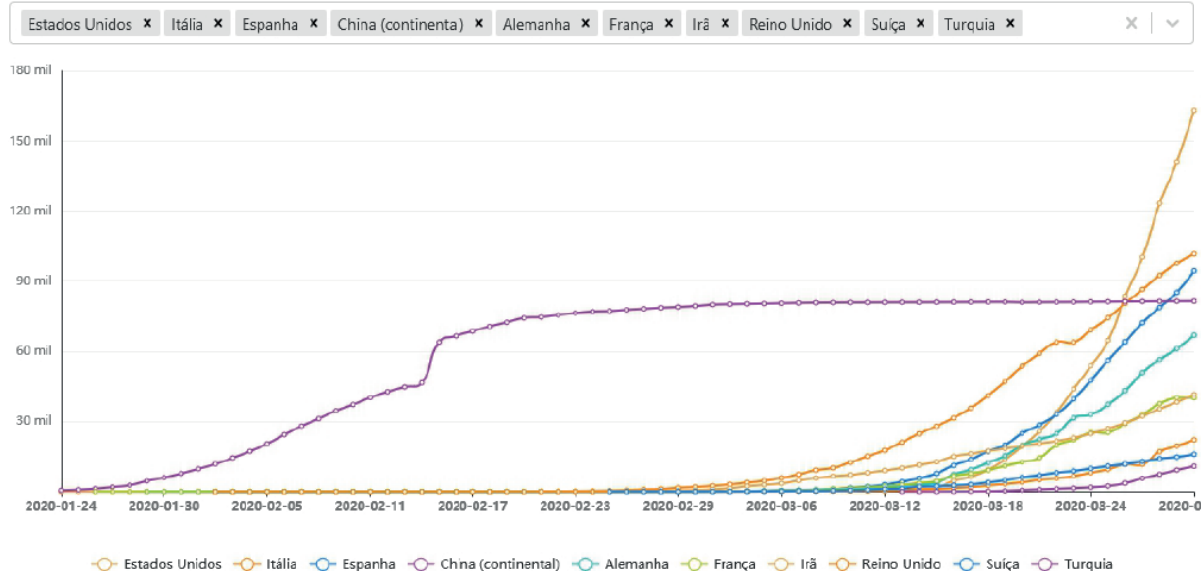


Fig 03: Propagação nos países com maior número de casos

c) Várias fontes apontam que a disseminação do vírus ainda apresenta uma curva ascendente. Embora outros vírus corona tenham tido um comportamento influenciado pelas condições climáticas e geográficas, ainda não há estudos conclusivos a respeito, para o COVID-19.

3) Melhores dados sobre o futuro imediato

a) Em que pese o intenso esforço acadêmico, em todo o mundo, para entender o COVID-19 e, assim, encontrar sua cura ou vacina, tais estudos são incipientes e ainda têm um longo caminho até a produção de soluções viáveis. A maioria das fontes concorda que o vírus se dissemina rápido, como outros que provocam infecções respiratórias, e que seu controle é muito difícil. No entanto, há muita discordância quanto à projeção de infectados e mortos, além de como evitar o contágio.

b) O renomado *Imperial College*, de Londres, apresentou no mês de março suas projeções da evolução exponencial do número de infectados e mortos, tomando por base populações específicas, das quais possuía dados mais concretos. O resultado foi uma curva muito íngreme, com números muito elevados, que impressionaram os governantes de todo o mundo pois, na falta de dados específicos de cada país, representavam um pior cenário com perdas inaceitáveis. Tal previsão, aliada a outras que chegaram a conclusões semelhantes, evidentemente contribuíram para que medidas fortemente restritivas fossem tomadas, com o apoio inicial da maioria da população dos países atingidos.

c) No entanto, embora sejam poucas, existem opiniões dissonantes, com a do professor Esper Kallás, infectologista da USP, segundo o qual é necessário, para desenvolver um modelo adequado à realidade de cada país, avaliar o número de expostos ao vírus que, por serem imunes ou assintomáticos, poderão contaminar menos pessoas e, uma vez computados, diminuiriam a porcentagem de pacientes graves e mortos, por habitante. Tais dados, uma vez levantados, permitiriam um melhor dimensionamento do impacto da doença no sistema de saúde de cada país. No entanto, para a implementação da medida seria necessário um **amplo esforço de testagem da população**.

d) Não há vacina para combater o vírus SARS-Cov2, nem perspectivas de que seja desenvolvida em curto prazo. No entanto, alguns compostos já existentes estão sendo testados, particularmente o hidróxido de cloroquina associado a azitromicina, alguns com

resultados promissores na destruição do vírus no organismo humano. Dessa forma, pode ser reduzida a demanda por cuidados intensivos, principal gargalo do sistema de saúde em todo o mundo, permitindo uma melhor administração dos meios necessários ao enfrentamento da epidemia.

e) Por tudo isso, há um consenso mundial, entre os especialistas em saúde, de que o isolamento social seja a melhor forma de prevenção do contágio, especialmente o horizontal, para toda a população. O isolamento seletivo, ou vertical, para determinados grupos de risco, é defendido por alguns especialistas e vem sendo adotado por alguns países. No entanto, ainda é prematuro para que sejam elaboradas conclusões a cerca de seus resultados.

b. Situação internacional

1) Diferentes reações iniciais

a) Na Ásia, as medidas restritivas de circulação foram mais abrangentes e mais rápidas que no restante do Mundo. Acredita-se que na China, epicentro da contaminação, ocorreu leniência e atrasos nas informações públicas, favorecendo a contaminação.

b) Na Europa e EUA houve um atraso médio de trinta dias na execução de medidas restritivas e campanhas massivas de educação e prevenção, sendo que mesmo estas não foram adotadas de maneira homogênea. Reino Unido e EUA, inicialmente, resistiram a adotar medidas que prejudicassem suas economias, porém foram forçados a mudar de posição, tanto pelos prognósticos negativos quanto pela realidade da propagação da doença.

c) Os dados da África são pouco confiáveis e, na Oceania, os protocolos adotados foram parecidos com os da Ásia, com restrição de circulação, isolamento social e fronteiras fechadas.

2) Medidas adotadas e seus efeitos

a) De modo geral, os seguintes tipos de medida foram amplamente adotadas: isolamento social, fechamento do comércio e escolas, proibição de eventos públicos e rígido controle das fronteiras.

b) Pelos modelos matemáticos apresentados, baseados na progressão da doença na China, aparentemente os países que adotaram essa prática estão conseguindo diminuir o avanço da doença.

c) No entanto, alguns países adotaram práticas menos isolacionistas e menos generalistas, atuando de forma seletiva para isolar as populações de risco e os sintomáticos, investindo no diagnóstico e no teste dos doentes. Tais países estão, até o momento, obtendo resultados consideravelmente melhores, com índices mais baixos de contaminados e mortos, em comparação a outros países de seus próprios continentes.

d) Embora as características políticas, econômicas, psicossociais e fisiográficas desses países tenha impacto decisivo nos resultados obtidos, há lições a serem aprendidas de suas experiências. A tabela abaixo busca sintetizar as medidas tomadas e os fatores críticos para seu sucesso:

PAÍS	PRÁTICAS	FATORES CRÍTICOS E CARACTERÍSTICAS REGIONAIS
ALEMANHA	1. Adotou medidas de isolamento seletivo precocemente. 2. Faz uso massivo de testes nos suspeitos e sintomáticos, isolando aqueles que estão contaminados. Com esta identificação precoce, pode diminuir o contágio dos grupos de risco e,	1. Forte sistema de saúde que atende muito bem a população, com grande capacidade de realizar testes para o Coronavírus.

	consequentemente, a mortalidade. 3. Eventos públicos e aglomerações são evitados.	
JAPÃO	1. Manteve os protocolos convencionais de distanciamento social e as medidas de higiene comuns ao povo japonês. 2. Manteve o foco nos “grupos de contágio”, detectando os infectados, sintomáticos ou não, e isolando esses grupos. 3. Investimento em <i>kits</i> para a detecção massiva de indivíduos infectados. 4. Tem condições de fazer o isolamento de regiões mais ou menos severo, de acordo com o índice de contágio.	1. Comportamento social japonês peculiar. 2. Rígido controle sanitário. 3. Sistema de saúde robusto, com capacidade de testar grandes quantidades de indivíduos.
SUÉCIA	1. Investimento na detecção e isolamento seletivo de grupos infectados. 2. Não obriga o isolamento social e faz o acompanhamento do aumento da curva de novas infecções, mantendo equipe de pesquisadores e elementos do governo trabalhando em conjunto, analisando diariamente os dados. Caso a curva sofra incremento, medidas mais austeras de isolamento serão adotadas. 3. Robustecimento do sistema de saúde, contratando e treinando pessoal adicional para reforçar o apoio, caso a situação evolua para pior.	1. Sistema robusto de seguro social que permite investimentos emergenciais e rápida mudança de estratégia.
COREIA DO SUL	1. Faz uso massivo de testes nos suspeitos e sintomáticos, isolando aqueles que estão contaminados. Com esta identificação precoce, pode-se diminuir o contágio dos grupos de risco e, consequentemente, a mortalidade. 2. Faz isolamento de regiões mais ou menos severo, de acordo com o índice de contágio. 3. Utilização de aplicativo de celular para seguimento de estado de saúde de infectados e uso do GPS para evitar afastamento do local de quarentena.	1. Comportamento social coreano peculiar. 2. Rígido controle sanitário 3. Sistema de saúde robusto com capacidade de testar grandes quantidades de indivíduos.
AUSTRÁLIA	1. Faz uso de isolamento seletivo, além de restrição ao acesso de estrangeiros ao País. 2. Aplica testes na população sintomática e acompanha a evolução da doença do País, com possibilidades de aumentar as medidas restritivas. 3. Isola as populações mais vulneráveis de indígenas.	1. Isolamento da Austrália em relação a outras áreas endêmicas favorece o menor contágio. 2. Muitas comunidades indígenas vulneráveis a doenças.

Tab 01: Melhores práticas

e) Dessa forma, observa-se que, ainda que considerando os **aspectos culturais e a qualidade dos sistemas de saúde**, de maneira geral os países destacados **fazem uso maciço de testes rápidos e empregam a tecnologia para acompanhar os indivíduos e dosar a intensidade das medidas restritivas**.

f) Atualmente, já existe, nos primeiros países que aparentemente estão controlando a epidemia, a preocupação com uma segunda onda, ou seja, um novo evento de contaminação, após a estabilização do atual surto. Embora seja possível que, nesse momento, boa parte da população já tenha sido exposta ao vírus e, assim, esteja imunizada, também não pode ser descartada a possibilidade de as medidas de isolamento social terem deixado grande parte da população, ainda, vulnerável. De todos os modos, a capacidade dos sistemas de saúde, em especial de cuidados intensivos, segue sendo a variável crítica a ser controlada.

c. Situação brasileira

1) Reação Inicial, medidas adotadas e seus efeitos

a) O país reagiu rápido à decretação da emergência em saúde, no mês de fevereiro, colocando em execução o plano de contingência. Nesse plano, destaca-se a previsão de duas fases: a de contenção, quando se busca evitar a transmissão sustentada do vírus, e a de mitigação, quando o objetivo é evitar a ocorrência de casos graves e óbitos. O número de 100 (cem) casos confirmados é o limite entre essas duas fases.

b) Dessa forma, o Brasil, como um todo, entrou na fase de mitigação no dia 15 MAR. No entanto, por suas dimensões continentais, a situação de cada UF e, ainda, em cada município, é diferenciada. De maneira geral, as orientações técnicas do Ministério da Saúde apontaram para a adoção das medidas recomendadas pela OMS, que foram adotadas por todos os estados, em maior ou menor grau.

c) Atualmente, o país ainda se encontra no início de sua curva ascendente de casos e mortes, sendo ainda prematuro avaliar o efeito das medidas adotadas. No entanto, é provável que, de fato, o isolamento horizontal adotado, em especial das cidades com maior número de casos, tenha alongado a curva da doença. O gráfico abaixo, que acompanha a evolução da situação dos estados, acompanhados a partir do 100º caso, parece indicar esse efeito:

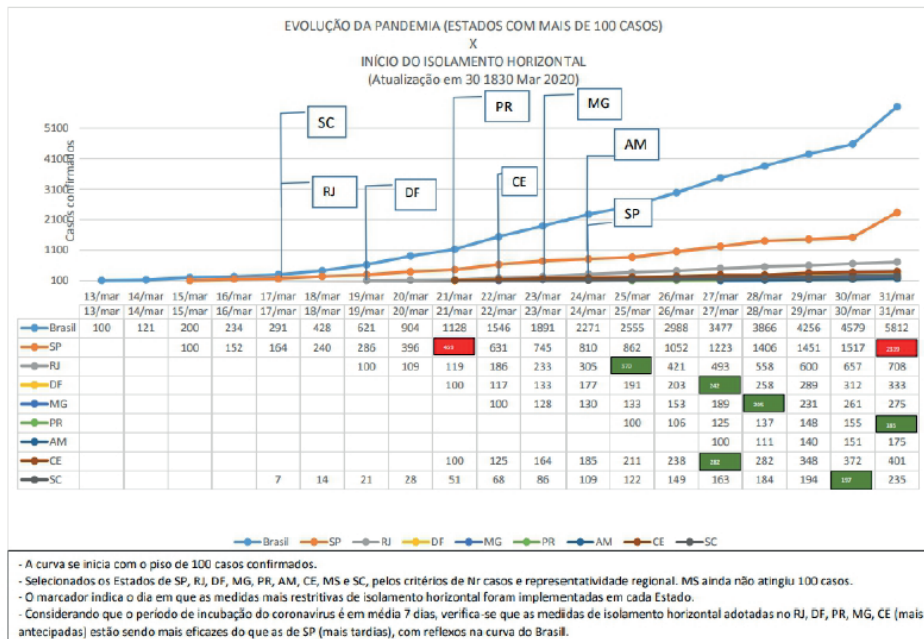


Fig 04: Evolução nos estados com mais de 100 casos

2) Previsão de evolução

a) Em 27 MAR 20, um novo estudo do *Imperial College* causou forte impacto, no Brasil, ao apontar um cenário otimista onde, caso as medidas mais restritivas fossem tomadas, a quantidade de mortos poderia chegar a 44.000 pessoas. Esse estudo, que analisava 202 países, seguiu o mesmo modelo que, anteriormente, havia levado o Reino Unido a rever sua estratégia de contenção.

b) Destaca-se que a falta de testes em massa e as diferenças entre a realidade brasileira e o modelo de dados, utilizado pelo *Imperial College*, torna suas conclusões apenas uma referência. No entanto, na falta de outro referencial específico para o Brasil, seus resultados vêm sendo utilizados pelos defensores da adoção de um isolamento horizontal mais prolongado.

c) De todo modo, em que pesem as variações diárias, a falta de testes e a subnotificação de casos, é consenso que, pelo menos até o momento, os cenários mais pessimistas para o Brasil ainda não se confirmaram. A figura abaixo indica os cenários otimista e pessimista visualizados, até o dia 6 ABR, e uma estimativa de tendência para o Brasil, em se mantendo os números até agora observados:

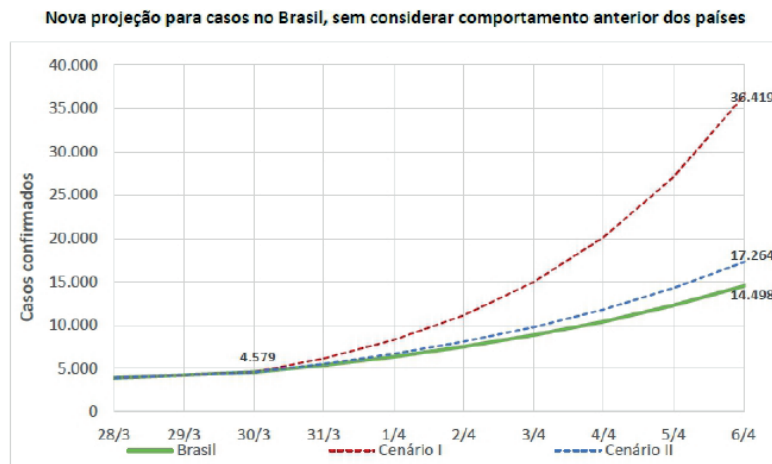


Fig 05: Estimativas até o dia 6 ABR

3) Diferenças regionais e sua possível influência

a) Como anteriormente destacado, ainda é prematuro inferir que as características fisiográficas do Brasil podem dificultar a propagação do COVID-19.

b) No entanto, já são conhecidas os fatores que podem favorecer tal propagação, uma vez que contribuíram para a situação crítica vivida na Itália, a saber: clima frio, baixa umidade, alta densidade demográfica e alta proporção de população idosa.

c) O cruzamento de tais parâmetros aponta o mês de junho, início do inverno, como marco para a **necessidade de uma atenção especial para a região centro-sul do país**, conforme figura abaixo:

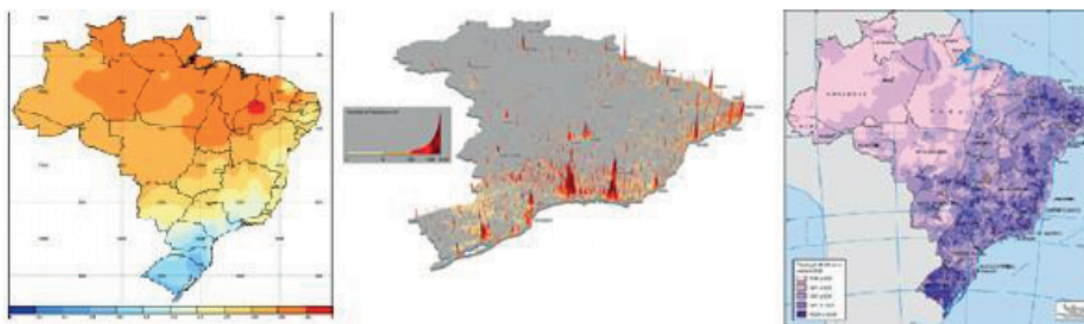


Fig 6: Temperaturas, densidade populacional e distribuição da população acima de 65 anos

d) A principal conclusão parcial a que se chega, a partir desses dados, é que parece pouco eficaz pensar em medidas pontuais tendo, como referência, a base territorial das grandes regiões. Tendo em vista as dimensões continentais do país e suas marcantes diferenças regionais, até mesmo dentro de cada estado, entende-se que **o melhor recorte espacial, para a implementação das ações orientadas pelas estratégias gerais, é o municipal.**

d. Impactos econômicos

1) Considerações iniciais

a) A pandemia da COVID-19 apresenta-se como um enorme desafio ao sistema internacional, com destacados desdobramentos para a higidez de uma economia mundial caracterizada pela interdependência. O ineditismo da situação tem levado à aplicação de medidas centradas no confinamento ou isolamento social, na busca de **evitar o colapso dos sistemas de saúde**, face a uma eventual sobrecarga da demanda por atendimento em um curto prazo e, **por consequência, resguardar vidas humanas**. É nessa direção que estão consubstanciadas as orientações da OMS.

b) Não obstante a premente e clara necessidade de priorizar a vida de seus cidadãos, os Estados têm se debruçado na busca por soluções ao inevitável colapso econômico, atrelado à pandemia da COVID-19. Isso exigirá medidas de apoio governamental a diversos segmentos econômicos, com reflexos fiscais imediatos e futuros, sendo um teste para a economia global, com desdobramentos para as gerações vindouras.

2) Ambiente internacional

a) Os reflexos para a economia mundial serão agudos, tendendo a se prolongarem por tempo indeterminado, sendo quase certo que haverá recessão mundial, com prováveis depressões localizadas.

b) As economias dos países em desenvolvimento sofrerão de forma mais intensa, com graves reflexos no campo social e um provável aumento da dependência econômica Sul-Norte. Ainda para esses países, é previsível um aumento da dificuldade em honrar compromissos financeiros externos, fuga de capitais e aversão ao risco, com fortes flutuações cambiais e, em consequência, desvalorização de suas moedas.

c) De maneira geral, espera-se uma alta no desemprego em diversos países, com tendência de difícil recuperação, além de uma redução do fluxo de investimentos, com reflexos para a retomada do crescimento mundial.

d) Especialmente nos países mais afetados, mas não limitado a esses, é provável um agravamento das vulnerabilidades fiscais.

e) É provável uma reconfiguração do comércio mundial, com retração continuada nos preços das commodities e incertezas quanto ao ambiente de conflitividade comercial pós-crise. Apesar de incerta, pode ocorrer uma retomada da importância da atuação dos mecanismos econômicos multilaterais para a concertação pós-crise (OMC, OIT, FMI, etc.).

f) Haverá incertezas quanto aos rumos políticos aplicados à economia (abertura x protecionismo), além dos rumos da atual interdependência econômica, com provável novo ordenamento do papel dos Estados na economia.

g) Já está ocorrendo, e provavelmente se intensificará, a aplicação de planos de ajuda econômica nos moldes do Plano Marshall, uma vez que 6 bilhões de pessoas estão fora do universo de economias centrais. Já se observam estados, com o Brasil entre eles, lançando mão de programas de transferência de renda. Cabe destacar a reação inicial por parte dos países integrantes do G20, com planos de aplicar estímulos da ordem de US\$ 5 trilhões.

h) A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) sugeriu quatro estratégias globais, a saber:

(1) Helicóptero: uma injeção de liquidez de US\$ 1 trilhão; uma espécie de “queda de dinheiro de helicóptero” para aqueles que ficaram para trás, por meio de linhas estipuladas pelo FMI;

(2) Perdão: adoção de medidas que permitam o perdão da dívida das economias em dificuldades;

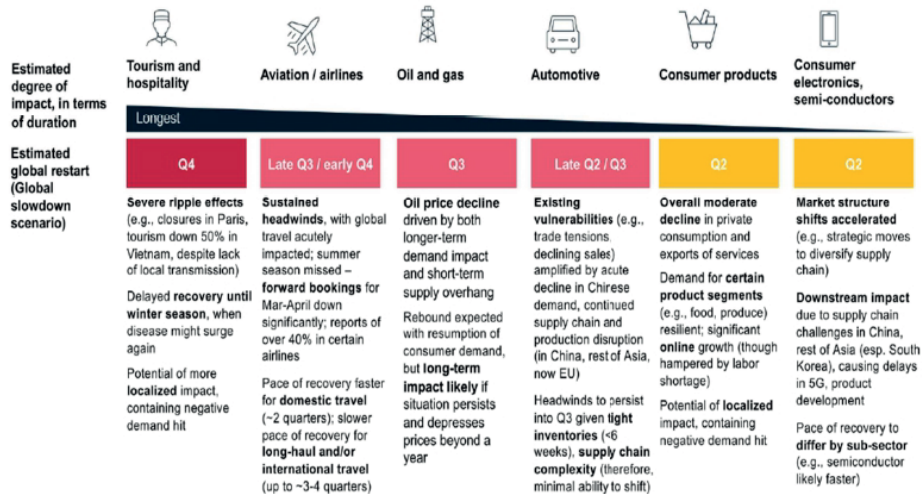
(3) Plano Marshall: destino de US\$ 500 bilhões para financiar, nos países mais pobres, os serviços de saúde de emergência e programas de assistência social;

(4) Capital: adoção de medidas de controle para reduzir o ritmo das saídas de capital, mitigando a falta de liquidez.

The most affected sectors

All sectors are impacted, with several seeing severe consequences

Preliminary views based on base case – Subject to change as the COVID-19 outbreak evolves



Source: IHS Markit; McKinsey Global Institute Analysis; Subject matter experts' Press reports

McKinsey & Company 11

McKinsey Global report (9th march 2020)

Fig 07: Setores mais afetados da economia internacional

3) Brasil

a) Trabalhadores informais (41% da força de trabalho brasileira) são os impactados de forma mais imediata, assim como os pequenos comerciantes. A população urbana de

baixa renda será a mais atingida pelos efeitos da crise, com aumento no número de desempregados e provável aumento da pobreza. Haverá aumento na demanda nos programas sociais de transferência de renda (Bolsa Família), com consequente impacto nas contas públicas (aumento do déficit público).

b) Já se observa uma fuga de capital estrangeiro (US\$7 bilhões, entre 21 de fevereiro e 20 de março – representa mais de 10% da fuga dos países em desenvolvimento) e, com a redução da atividade econômica durante o isolamento, é certo que haverá perda de arrecadação, com consequente redução de receita por parte do Estado, com consequente impacto nas contas públicas e aumento do déficit público.

c) O Real brasileiro estará sujeito a forte variação, frente às moedas fortes, com prováveis impactos negativos nas importações e nas transações financeiras externas, porém incertos nas exportações.

d) Espera-se uma redução da produção industrial, com impactos imediatos para setores específicos e possível espraiamento, para a cadeia de pequenos fornecedores das grandes empresas. Além disso, é provável forte impacto no setor de serviços.

e) A redução do comércio e da atividade econômica, a nível mundial, deverá impactar negativamente no preço internacional das commodities, com impactos na exportação brasileira. Cabe destacar a probabilidade de um colapso econômico, em caso de uma paralisação da atividade econômica (*lockdown*) prolongado.

f) As medidas atualizadas, adotadas pelo governo brasileiro, estão disponíveis no site do Ministério da Economia¹. As medidas anunciadas vieram ao encontro da ideia central de auxílio estatal aos segmentos da economia mais afetados pela crise, estando em fase de implementação.

g) Ações políticas na mesma direção têm sido adotadas nos níveis estaduais e municipais, tentando mitigar os efeitos mais visíveis da crise, quais sejam: queda nas vendas (comércio e indústria), desemprego e perda de arrecadação.

h) O BNDES também tem divulgado, com transparência, as medidas de apoio no seu nível de atuação, vocacionado para o setor empresarial. A ausência de microempresas e microempreendedores do plano apresentado pelo banco, no último dia 27 MAR 20, foi alvo de críticas, dentro e fora do governo. O presidente do BNDES declarou que cabe ao Ministério da Economia definir a estratégia para viabilizar tal demanda. A medida atenderá pequenas e médias empresas, com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões, os microempreendedores com faturamento anual de até R\$ 81 mil e as microempresas, com até R\$ 360 mil. O programa foi formulado pelo Ministério da Economia, pelo BC e pelo BNDES. As pequenas e médias empresas se financiam hoje, em média, com juros de 20% ao ano, sendo que, nessa nova linha, os juros serão de 3,5% ao ano. A folha de salários representa 50% dos custos dessas empresas, razão pela qual tais medidas são de extrema importância das medidas.

i) Quanto às perspectivas dos agentes econômicos, em 30 MAR 20, foi publicado o Boletim Focus, que apresentou as expectativas do mercado a cerca dos efeitos econômicos da pandemia. O boletim mostrou uma estimativa de redução do nível de atividade da economia brasileira para 2020, com expectativa de queda de 0,48% do PIB e redução da taxa SELIC. No entanto, o mercado ainda demonstra otimismo para 2021, mantendo a previsão de crescimento do PIB em 2,50%.

j) A CNI divulgou, em 30 de março de 2020, uma pesquisa acerca dos impactos da crise sobre o setor. Dados apontam que a indústria brasileira tem sido afetada pela queda na demanda por seus produtos, pela dificuldade em conseguir insumos e matérias-primas

¹ <http://www.economia.gov.br/noticias/2020/marco/confira-as-medidas-tomadas-pelo-ministerio-da-economia-em-funcao-do-covid-19-coronavirus>

e pela redução da oferta de capital de giro no sistema financeiro. O cancelamento de pedidos impactou significativamente o faturamento. Aliada à queda na demanda, a dificuldade em conseguir insumos afetou a produção. Esse cenário, conjugado à continuidade de despesas regulares (salários, tributos, energia, aluguel etc.) e à retração da liquidez no mercado financeiro, levanta a preocupação com a sobrevivência das empresas. O cenário traçado pela CNI reforça a importância das ações de combate à COVID-19 e de ajuda à população e às empresas. Não obstante, é também necessário estabelecer urgentemente uma estratégia para se promover uma retomada responsável, segura e gradativa da atividade econômica. Os impactos são significativos e não poderão ser suportados pela indústria por muito tempo.²

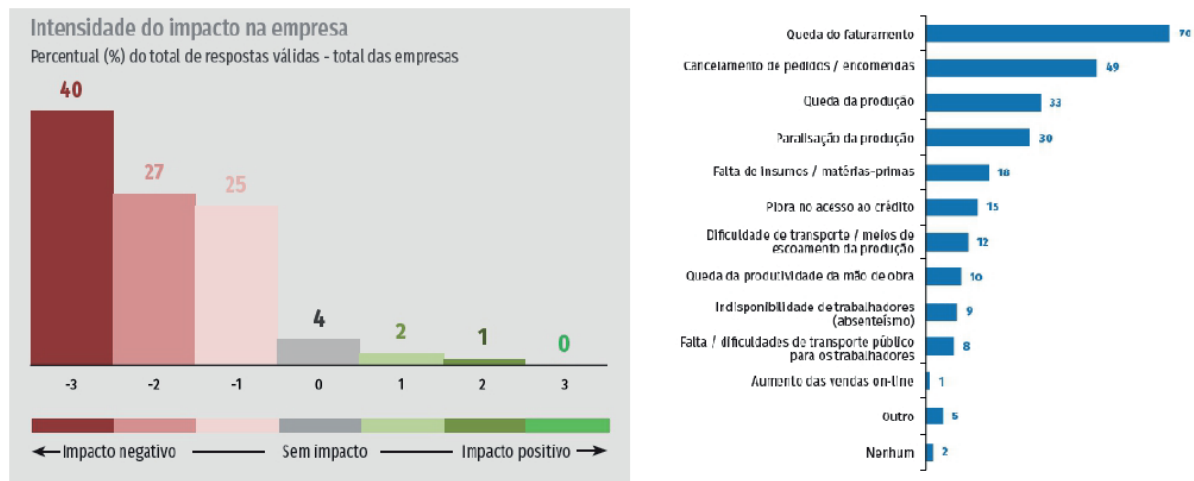


Fig 08: Impactos na indústria

k) A CNA tem divulgado boletins de acompanhamento do setor de agropecuária e pesca. Todas as informações são levantadas por um grupo de monitoramento da crise do COVID-19, criado pela CNA para avaliar os dados e propor medidas para garantir alimentos seguros à população, além de assegurar a logística da distribuição de produtos e insumos e minimizar prejuízos econômicos ao setor. São apresentadas análises segmentadas, consubstanciando diagnósticos e indicações de ações para o setor. Na abordagem da temática, a situação dos mercados (inclusive futuros) e a questão logística merecem destaques.³

4) Conclusão parcial

a) A pandemia da COVID-19 é de abrangência mundial, impactando a totalidade dos países de uma forma até agora não dimensionada. A complexidade das diversas variáveis que concorrem para o estabelecimento da crise tem impulsionado a busca por soluções que extrapolam a ciência. A consecução do objetivo comum de ultrapassar o conturbado período ora vivido exigirá sinergia, criatividade, comprometimento e foco por parte dos Estados. É possível inferir, face aos desafios que se apresentam, que estamos diante de um teste para o sistema internacional.

b) A estratégia central do isolamento social – adotada pela quase totalidade dos governos – gera consequências diretas para a economia. O chamado modelo horizontal

² https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/ec/ad/ecad4487-207b-4a75-96fc-f31cf927a92c/consultaempresarial_marco2020_v2.pdf

³ (<https://www.cnabrazil.org.br/noticias/boletim-cna-impactos-do-coronavirus>)

tem se apresentado mais eficiente para atender as demandas emergenciais de saúde pública, porém tende a se mostrar muito impactante para a higidez econômica, haja vista o inevitável congelamento dos mais diversos segmentos, desde os produtivos até os de serviços. Tal situação é previsivelmente agravada caso se estenda no tempo, tendendo a gerar consequências severas para os campos econômico e social, com prováveis desgastes para o campo político.

c) A provável recessão mundial que se avizinha tem gerado intranquilidade e preocupação nos mais diversos países, com destaque para aqueles mais vulneráveis economicamente. Medidas com potencial mitigador e abrangência ampla, pouco observadas quando do início da expansão da doença, começam a ser concertadas. Não obstante, ainda prevalece o esforço individual por parte dos Estados, caracterizando a preponderância da busca por soluções nacionais em detrimento dos ajustes multilaterais. Face à relevante interdependência que caracteriza as relações econômicas mundiais contemporâneas, é incerta a efetividade da manutenção de tal postura. Do conjunto significativo de incertezas, que abarca a atual crise, uma verdade parece emergir: uma plêiade de países não conseguirá se reerguer sem ajuda e cooperação internacional.

d) No contexto de fragilidade econômica ora emergente, é possível identificar a relevância do papel do Estado na mitigação dos efeitos negativos da crise, bem como a centralidade da sua atuação como indutor e protagonista do grande processo de recuperação que, inevitavelmente, terá que ocorrer. A responsabilidade das lideranças políticas frente às inúmeras adversidades que ainda se apresentarão é demasiada. Diante do tamanho do desafio, ainda não totalmente mensurado, parece clara a necessidade de coesão nacional e de definição de estratégias eficazes e claras.

e) O Brasil, em razão de suas conhecidas características regionais heterogêneas, deve buscar soluções próprias. Ações centradas no socorro financeiro às parcelas mais vulneráveis da sua população são prioritárias, pois fazem parte do “contrato social”. Os segmentos da economia mais afetados merecem destaque no planejamento nacional. As ações devem priorizar práticas com maior impacto para a manutenção de empregos, assim como para a recuperação da capacidade produtiva dos setores estratégicos, visando a estabilidade econômica e social do País.

f) A manutenção (ou até mesmo a ampliação) da capacidade logística é fundamental, haja vista sua centralidade para a viabilização das ações estratégicas vinculadas ao esforço nacional, ora premente.

g) Soluções que agilizem a transferência de renda, no mais curto prazo, são fundamentais e urgentes, tais como o Programa Bolsa Família, além de um auxílio emergencial aos microempreendedores e à agricultura familiar. Tais ações, que abarcam grandes parcelas da população, tendem a reduzir eventuais pressões sociais.

h) Do exposto, conclui-se que será o Estado o grande protagonista dos processos de auxílio e de recuperação econômica. Para além da crise instalada, onde uma eficiente análise de riscos se faz urgente, é necessário, desde já, buscar visualizar as oportunidades futuras que, historicamente, se apresentam em épocas de desafios como o atual.

e. Transição para a normalidade

1) Bases de planejamento a nível mundial e nacional

a) O dilema entre salvar vidas ou manter a atividade econômica, que se apresenta nesse momento de crise, é apenas aparente, pois, para preservar vidas, são necessários meios em pessoal, material e instalações, disponíveis no local certo e no momento oportuno. Tal desafio demandará uma logística gigantesca, a custos elevados, que somente poderá ser provida por meio de recursos públicos e privados, em uma relação de relação de dupla casualidade (salvar vidas preserva a atividade econômica x o colapso

econômico gera mais mortes desnecessárias), que não pode ser relativizada ou colocada em segundo plano.

b) A elaboração de estratégias depende da fixação de objetivos claros. No caso das estratégias para contenção da pandemia da COVID-19, a OMS, principal referência na área, recomenda a adoção dos seguintes objetivos estratégicos:

(1) Interromper a transmissão de humano para humano, incluindo a redução de infecções secundárias entre contatos próximos e profissionais de saúde, prevenindo eventos de amplificação de transmissão e prevenindo sua disseminação;

(2) Identificar, isolar e cuidar dos pacientes de forma precoce, inclusive fornecendo atendimento otimizado aos pacientes infectados;

(3) Identificar e reduzir a transmissão de origem animal;

(4) Solucionar questões cruciais desconhecidas, em relação à gravidade clínica, extensão da transmissão e infecção, opções de tratamento, acelerando o desenvolvimento de diagnósticos, terapêuticas e vacinas;

(5) Transmitir informações críticas sobre riscos e eventos a todas as comunidades, combatendo a desinformação;

(6) Minimizar o impacto social e econômico, por meio de parcerias multissetoriais.

(7) O controle da disseminação pode ser alcançado através de uma combinação de medidas de saúde pública, como identificação rápida, diagnóstico, gerenciamento dos casos, identificação e acompanhamento dos contatos, prevenção e controle de infecções em serviços de saúde, implementação de medidas de saúde para viajantes, conscientização da população e comunicação de risco.

c) No **Brasil**, o planejamento estratégico das ações de contenção à doença está consubstanciado no Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19”, **que foi emitido antes mesmo da decretação do estado de pandemia global para a COVID-19, pela OMS**. Cabe ressaltar que a ativação do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE-COVID-19), do Ministério da Saúde (MS) ocorreu ainda no dia 22 JAN 20, coordenado pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), com o objetivo de nortear a atuação do MS na resposta à possível emergência de saúde pública, buscando uma atuação coordenada no âmbito do SUS.

d) O Plano é composto por três níveis de resposta: **Alerta, Perigo Iminente e Emergência em Saúde Pública**. Cada nível é baseado na avaliação do risco do novo Coronavírus afetar o Brasil e seu impacto para a saúde pública. Questões importantes são consideradas nessa avaliação:

(1) **Transmissibilidade da doença**, como seu modo de transmissão, eficácia da transmissão entre reservatórios para humanos ou humano para humano, capacidade de sustentar o nível da comunidade e surtos;

(2) **Propagação geográfica** do novo coronavírus (COVID-19) entre humanos, animais, como a distribuição global das áreas afetadas, o volume de comércio e viagens entre as áreas afetadas e outras unidades federadas;

(3) **Gravidade clínica da doença**, como complicações graves, internações e mortes;

(4) **Vulnerabilidade da população**, incluindo imunidade pré-existente, grupos-alvo com maiores taxas de ataque ou maior risco de graves doenças;

(5) **Disponibilidade de medidas preventivas**, como vacinas e possíveis tratamentos; e

(6) **Recomendações da Organização Mundial da Saúde** e evidências científicas publicadas em revistas científicas.

e) O Plano de Contingência Nacional define o nível de resposta e a estrutura de comando correspondente a ser configurada, em cada nível de resposta. No nível estadual, estratégias para execução do plano vem sendo adotadas pelas diversas UF, levando-se em conta as peculiaridades do avanço da pandemia e as características regionais e locais.

f) **Cabe destacar, no entanto, que o plano não estipula claramente um protocolo de retorno à normalidade, uma vez alcançado o nível de resposta de emergência.** Considerando o ineditismo das medidas de isolamento adotadas, o risco de novos surtos (em caso de relaxamento) e os fortes impactos econômicos e sociais, esse protocolo deve ser estabelecido e detalhado.

2) Alternativas de transição a partir do isolamento horizontal

a) Isolamento vertical

(1) Uma vez tendo sido atingidos os objetivos do isolamento horizontal, com um comprovado achatamento da curva de novos casos da doença, uma das estratégias possíveis é o isolamento vertical. Neste caso, o objetivo seria também o de buscar a manutenção da disponibilidade de leitos de UTI no momento crítico da evolução da doença, mas pelo isolamento mais específico aos grupos de risco e distanciamento social do restante da população. Neste sentido, se consideram grupos de risco os idosos, pessoas com histórico de comorbidades e pessoas já identificadas como estando contaminadas pela pandemia. Considerando que grande parte da população contaminada pelo novo coronavírus não apresenta sintomas, as atividades econômicas são mantidas em quase sua totalidade.

(2) A análise da aplicação dessa estratégia em países como Singapura, Taiwan e Coreia do Sul revela que ela se fundamentou basicamente em três objetivos: **testar, isolar e comunicar** o maior número possível de casos. O gráfico, a seguir, demonstra que essa estratégia vem obtendo resultados positivos, seja com baixos índices (Taiwan e Singapura), seja com estabilização dos casos (Coreia do Sul).

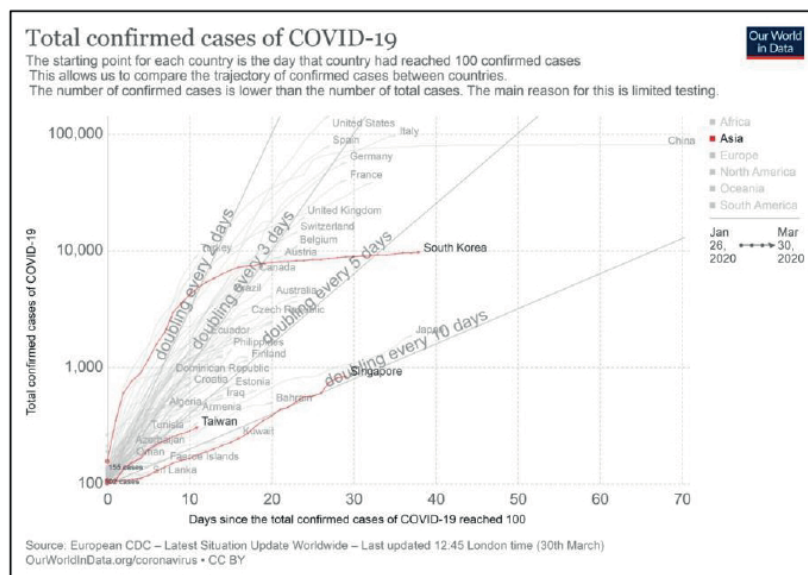


Fig 09: Evolução dos casos na Ásia

(3) Sobre a questão da comunicação, a estratégia de isolamento vertical deve privilegiar a difusão de informações sobre o que **NÃO PODE** ser feito pela população, no contexto das medidas restritivas.

(4) Mas essa experiência valiosa nos mostra que a estratégia adotada depende de alguns fatores essenciais para seu sucesso, dos quais se destacam: **rígido cumprimento das orientações das autoridades** (aspecto cultural), **necessidade de um rigoroso isolamento dos grupos de risco** e **grande disponibilidade de testes de checagem rápida**, para diagnóstico massivo de pessoas contaminadas.

(5) Há que se considerar que os países (Singapura, Taiwan e Coreia do Sul) que vem adotando com sucesso essa estratégia possuem características culturais e geográficas muito peculiares. Países de cultura asiática, tradicionalmente conhecidos pela disciplina, localizados numa ilha ou numa península, o que facilita sobremaneira o controle de acesso ao país.

b) Estratégia de Sequenciamento ou Mista

(1) Uma outra linha de ação envolveria uma estratégia denominada de **sequenciamento** ou **mista**. Ela estabeleceria um calendário, no qual medidas de isolamento vertical e horizontal seriam implementadas sequencialmente.

(2) Já se sabe que o período de incubação do coronavírus é de sete dias, em média, podendo mesmo ser considerado um período de quatorze dias, como medida de segurança. Neste sentido, um período de até quinze dias de isolamento horizontal seria seguido por período de até quinze dias de isolamento vertical, de forma a condicionar a cadeia de transmissão do vírus.

(3) O perfil epidemiológico de evolução do contágio, em cada região, determinaria a duração dos períodos de isolamento, assim como quanto à adoção de novos períodos sequenciais, enquanto isso se fizesse necessário. Medidas mais restritivas podem ser eventualmente tomadas, tais como:

- (a) estabelecimento prévio de determinados dias da semana ou horários diários para funcionamento de determinadas atividades, em esquema de revezamento;
- (b) limitação de quantidade de pessoas em estabelecimentos comerciais;
- (c) distanciamento obrigatório entre pessoas;
- (d) limitação de funcionamento de transportes urbanos; e
- (e) outras medidas para evitar a formação de aglomerações.

(4) A realização de testes rápidos para a população sem sintomas seria prioritariamente realizada em períodos de isolamento vertical, e se mostraria essencial para reduzir a transmissão comunitária, isolando imediatamente as pessoas contaminadas. O país onde esta estratégia vem sendo aplicada é o Japão, em que pese se tratar de uma ilha, com pequena extensão territorial, alto percentual de idosos e elevada densidade demográfica. O gráfico, a seguir, apresenta a evolução da curva de contaminações no Japão, sendo possível verificar o baixo índice de população contaminada.

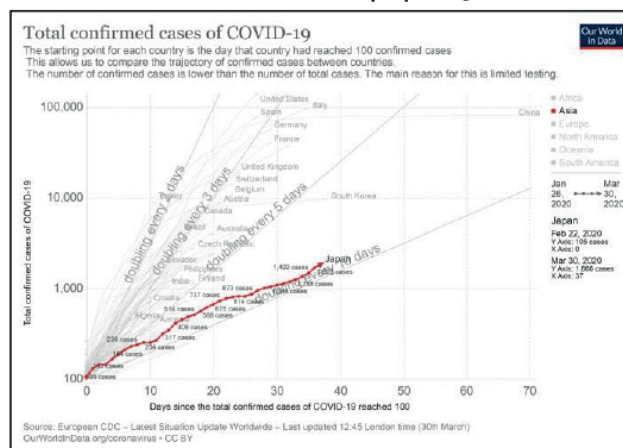


Fig 10: Total de casos confirmados na Ásia – destaque Japão

(5) A estratégia japonesa é executada com **grande ênfase para o papel das autoridades do nível municipal** que, em estreita coordenação com o Ministério da Saúde do país, avaliam periodicamente a eficácia das medidas restritivas, no âmbito dos seus municípios, e determinam os ajustes que se fizerem necessários, de forma a evitar a adoção de medidas onde não são necessárias, ou a suspensão de restrições de forma prematura.

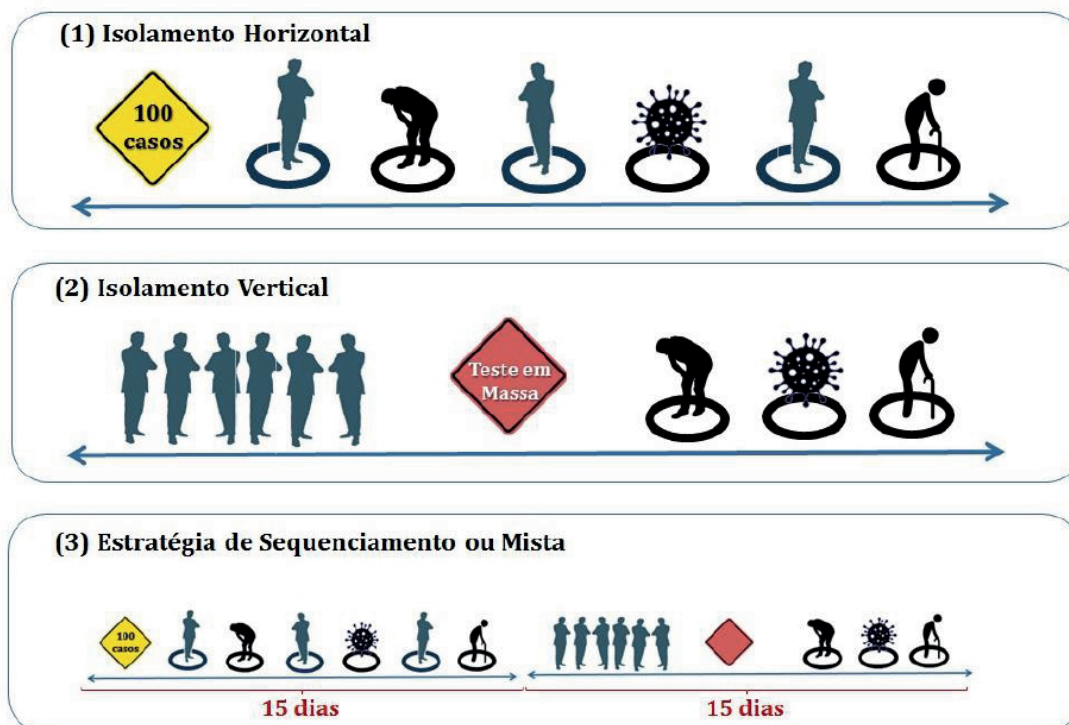


Figura 11: Diferentes estratégias

3) Possíveis soluções para o Brasil

a) Considerações iniciais

(1) A aplicação de qualquer um desses modelos de estratégia, em um país como o Brasil, merece ser avaliada com muito cuidado devido às nossas características únicas, tais como

- (a) as dimensões continentais do país;
- (b) os grandes contingentes populacionais vivendo em ambientes precários e superpovoados (comunidades periféricas das grandes cidades);
- (c) o saneamento público deficiente;
- (d) as características culturais altamente diversificadas de nosso povo;
- (e) a existência de outras endemias que continuam atingindo o país;
- (f) as deficiências no sistema hospitalar;
- (g) os grandes contingentes de pessoas desempregadas, subempregadas e desalentadas; e
- (h) a atual conjuntura econômica brasileira.

(2) Se parece difícil obter um consenso sobre a estratégia a ser adotada no seio da população em geral, para as lideranças políticas, assim como para os governos das esferas federal, estaduais e municipais, isso tem se mostrado um dos aspectos mais complexos.

(3) Entretanto, esse consenso deve ser construído de forma urgente. Não parece razoável uma quebra de governabilidade num momento tão crítico.

(4) Um desafio dessa monta requer uma verdadeira mobilização de todos os recursos da nação, orientados para objetivos bem definidos. Fica claro que o objetivo principal será o de proteger a vida. Mas também já vimos que isso não pode ser atingido sem os meios necessários. Para isso, o custo financeiro deverá ser alto, como em toda a guerra e, portanto, não poderemos desperdiçar qualquer recurso, seja ele de pessoal, material, financeiro, de infraestrutura ou qualquer outro.

(5) Sem um consenso e uma estratégia muito bem definida, será difícil convencer a população, sobretudo os mais pobres e informais, a ficarem confinados. Os sacrifícios serão grandes, principalmente em se considerando que a maior parte da população brasileira trabalha para viver e não dispõe de reservas financeiras para atravessar um período muito longo sem renda. O mesmo pode ser dito para boa parte das empresas.

b) Ações em andamento

(1) O combate à pandemia no Brasil já vem gerando lições aprendidas e produzindo ensinamentos, que podem e devem ser replicados, em todos os níveis da Federação.

(2) Internacionalmente, o indicador para a adoção de medidas se dá quando do atingimento de 100 casos de contaminação, em uma determinada população. Alguns estados da Federação, no entanto, passaram a adotar as medidas restritivas do isolamento horizontal antes mesmo de alcançar esse número, tais como Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná e Amazonas. Outros adotaram no momento que atingiram a marca de 100 casos, ou logo após, como o Distrito Federal, Minas Gerais e Ceará. Finalmente, temos o caso de São Paulo, que adotou inicialmente um isolamento vertical por cerca de dez dias, e somente então implementou o isolamento horizontal, quando já se havia consolidado como o estado que apresenta o maior número de casos e óbitos.

(3) Embora ainda seja cedo para uma avaliação mais conclusiva, observa-se que a adoção precoce de estratégias de isolamento horizontal tem apresentado resultados parciais mais efetivos, no achatamento da curva.

(4) Observa-se, ainda, que se aproxima o momento de definir qual o próximo passo: manter o isolamento horizontal, suspender o isolamento ou adotar uma estratégia de transição.

(5) O único Estado que sinalizou com essa última possibilidade foi Santa Catarina, que emitiu um documento denominado “Plano Estratégico de Retomada das Atividades Econômicas”, que apresenta como missão a de “promover a convivência dos catarinenses com a pandemia da COVID-19, conciliando as vertentes do convívio social, da preservação da vida das pessoas e a atividade econômica”, com o objetivo de buscar o equilíbrio entre as ações governamentais de resposta à crise. Entretanto, a mudança de estratégia somente pode ser realizada se fundamentada em indicadores que apontem para essa real possibilidade.

c) Indicadores para avaliação de estratégias - Saúde

(1) O estabelecimento de indicadores para o desenvolvimento de estratégias é essencial, pois são justamente esses indicadores que vão determinar o acionamento das ações previstas, assim como vão permitir o acompanhamento da eficácia das estratégias, permitindo verificar se as medidas resultaram em impactos positivos ou negativos para os objetivos estabelecidos.

(2) Número de pessoas contaminadas – Indicador de Resultado

(a) O primeiro parâmetro é o número de pessoas contaminadas, pois ele é o que permite estabelecer as curvas epidemiológicas e definir se medidas mais ou menos restritivas podem ser adotadas.

(3) Número de pessoas recuperadas – Indicador de Resultado

(a) O número de pessoas recuperadas e, portanto, imunizadas é essencial para planejamento da retomada das atividades econômicas.

(4) Número de Mortos – Indicador de Resultado

(a) O número de mortos é essencial para avaliação de falhas existentes nas ações e planejamento nas ações de sepultamento, que podem demandar grandes esforços, em caso de agravamento significativo da crise.

(5) Disponibilidade de testes rápidos – Indicador de Esforço

(a) A disponibilidade de testes laboratoriais e, particularmente, de testes rápidos é fundamental para se estabelecer estratégias viáveis, particularmente aquelas que podem ser mais efetivas no combate ao vírus e na manutenção de níveis mínimos das atividades econômicas.

(6) Universo da população – Indicador de Esforço

(a) Num país de dimensões continentais como o Brasil, é essencial determinar exatamente qual o universo populacional de cada Região, Estado ou Município, dependendo do nível de planejamento: população total, pirâmide etária, distribuição de gênero (verifica-se que homens são mais afetados que mulheres), total de população em situação de risco, etc.

(7) Infraestrutura hospitalar e capacidade de resposta – Indicador de Esforço

(a) A infraestrutura hospitalar é fator crítico de sucesso de qualquer das estratégias a serem adotadas: números de leitos de UTI disponíveis, número de respiradores, número de leitos de enfermagem (para pacientes não graves), disponibilidade de hospitais de campanha, pessoal médico, pessoal de enfermagem, número de intensivistas, estoques de medicamentos, estoques de EPI, logística de distribuição, etc.

d) Indicadores para avaliação de estratégias – Atividade econômica

(1) Funcionamento dos corredores logísticos – Indicador de Esforço

(a) Sem as condições mínimas de funcionamento dos corredores logísticos (estradas, portos, aeroportos, pontos de apoio, meios de transporte, pessoal especializado, terminais de armazenamento e distribuição), as estratégias ficam completamente comprometidas.

(2) Produção de itens críticos – Indicador de Esforço

(a) A produção de itens críticos, sejam para o combate à pandemia, quanto à subsistência da população deve ser monitorada, e gargalos devem ser identificados o mais rapidamente possível.

(3) Número de trabalhadores demitidos – Indicador de Resultado

(a) Quanto menor, mais eficiente a estratégia.

(4) Número de Empresas fechadas – Indicador de Resultado

(a) Quanto menor, mais eficiente a estratégia.

(5) Estoques de Combustíveis – Indicador de Esforço

(a) Essencial para a segurança econômica, devendo ser monitorado em todos os elos da cadeia de produção/importação/distribuição.

(6) Valor da Arrecadação de Impostos – Indicador de Resultado

(a) Essencial para a saúde financeira dos entes federados.

e) Indicadores para avaliação de estratégias – Segurança Pública

(1) A manutenção da lei e da ordem será essencial para que o sucesso dos objetivos sanitários e econômicos sejam atingidos sem interferências negativas no âmbito da segurança pública.

(2) Número de Assassinatos, Roubos e Furtos– Indicador de Esforço

(3) Número de Saques– Indicador de Resultado

(4) Situação Sanitária do Sistema Prisional– Indicador de Resultado

f) Gatilhos para tomadas de decisão

(1) Todos os indicadores devem ser avaliados para subsidiar as tomadas de decisão, particularmente nos momentos de mudança de estratégia ou correção de rumos. Entretanto, especial atenção deve ser atribuída aos indicadores de resultado, pois são eles que melhor permitem avaliar os impactos das medidas adotadas. Também os indicadores de Infraestrutura de Saúde e Transporte, pela sua importância, devem ser considerados muito relevantes.

g) Podem ser considerados gatilhos para as tomadas de decisão, dentre outros:

(1) Número de pessoas contaminadas;

(2) Número de pessoas recuperadas;

(3) Número de Mortos;

(4) Número de trabalhadores demitidos;

(5) Número de Empresas em fechadas;

(6) Valor da Arrecadação de Impostos;

(7) Ocorrência de Saques;

(8) Situação Sanitária do Sistema Prisional;

(9) Disponibilidade de testes rápidos;

(10) Infraestrutura hospitalar e capacidade de resposta; e

(11) Funcionamento dos corredores logísticos.

h) Sugestões de medidas

(1) Ajustes no Plano de Contingência do Ministério da Saúde

(a) Parece essencial a migração do modelo atual de testagem para o coronavírus, prevista para a fase de mitigação da doença (apenas os casos graves são testados). O que se observa, em termos de boas práticas mundiais, seria a adoção de um modelo de realização massiva de testes rápidos para identificação tempestiva do maior número de casos, e determinação de seu isolamento. Só essa medida parece criar a segurança necessária para a retomada gradual e progressiva das atividades econômicas.

(b) Há que se avaliar também o impacto da evolução da epidemia por ocasião da chegada das baixas temperaturas, particularmente nos Estados do sul do país e São Paulo. Uma atenção especial deverá ser atribuída ao Estado do RS, que possui elevado percentual de pessoas com mais de 65 anos em sua população.

(2) Organização de uma estrutura de coordenação das medidas sociais e de recuperação econômica

(a) Aparentemente todos os níveis de governo, particularmente o federal e os estaduais estabeleceram gabinetes de crise, a maioria deles focados na questão da saúde, e ativados no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, se apresenta como oportuna e muito urgente a ativação de uma estrutura de coordenação nacional de medidas sociais e de recuperação econômica, que tenha como foco a ação nos municípios.

(b) O Sistema Nacional de Proteção e Defesa (Defesa Civil), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional, parece uma estrutura adequada e já testada e ativada desde o tempo de normalidade. É especialmente vocacionada para situações que

demandam coordenações complexas e que envolvem órgãos dos três níveis da federação, particularmente os municípios.

(c) Seu emprego permitiria uma solução mais balanceada para a crise, seja nos seus aspectos sociais (acompanhamento e de medidas restritivas de isolamento/distanciamento, medidas emergenciais de apoio às populações em situação de risco, distribuição da ajuda econômica social/"*coronavoucher*", distribuição de cestas básicas, mobilização social etc), seja nos seus aspectos de acompanhamento das medidas de recuperação econômica (acompanhamento do funcionamento dos corredores logísticos, direcionamento de recursos para atividades essenciais, mobilização nacional etc). A utilização desse Sistema para a coordenação do combate ao COVID-19 pode melhorar a coordenação entre órgãos de governo, diretamente entre os órgãos técnicos, reduzindo desgastes políticos que vêm sendo verificados, assim como potencializando a adoção de medidas padronizadas em âmbito regional e nacional.

(3) Elaboração de um Plano Nacional de Reconstrução

(a) A principal medida sugerida refere-se ao estabelecimento de um Plano Nacional de Reconstrução, voltado para a retomada do desenvolvimento e recuperação econômica após o que se visualiza se configurar como a maior crise econômica que o Brasil (e talvez o mundo) já vivenciou. Isso demandará a busca de um consenso mínimo entre as diversas esferas dos poderes da República e entre os entes federados, particularmente os Municípios.

3. CONCLUSÃO

a. A análise da crise em curso não aponta para soluções simples. As nações mais ricas e desenvolvidas do mundo estão tendo seus limites desafiados, tanto aqueles materiais, de seus sistemas de saúde, quando os intangíveis, relacionados com as lideranças, coesão nacional e cooperação entre nações.

b. Já se observam os primeiros movimentos de um conflito de narrativas entre as potências, que deverá ter fortes impactos no mundo pós-crise. Mais do que a responsabilização pelas origens da pandemia, serão as respostas nacionais e multilaterais, ao desafio, que irão definir os perdedores e vencedores da guerra da informação.

c. A economia, uma vez mais, irá ser o motor desse realinhamento, com imprevisíveis consequências na ordem mundial, na cooperação entre os Estados e no futuro da democracia, especialmente no Ocidente.

d. Para o Brasil, a adoção de uma estratégia nacional para o enfrentamento da crise do COVID-19 constitui-se em uma tarefa que vem se mostrando complexa, seja em termos econômicos, quanto políticos, científicos e, até mesmo, éticos.

e. Em síntese, o caminho a seguir aparenta passar pela definição de um protocolo de retorno à normalidade que estabeleça parâmetros e orientações globais, passíveis de serem interpretadas pelos estados e, principalmente, pelos municípios, apoiados em dados levantados em testagens massivas e contemplando as características regionais, considerando o risco da retomada das atividades econômicas, empregando tecnologia e apoiando-se, quando possível, nas estruturas de resposta já estabelecidas.

f. As sugestões de medidas, apresentadas nesta análise, não buscam estabelecer um modelo matemático, mas apoiar a busca de um consenso mínimo, essencial para que uma estratégia eficaz seja estabelecida.

Anexo: Matriz de Medidas

ANEXO

MATRIZ DE MEDIDAS

CAMPO	JANELA DE OPORTUNIDADE			
	SUBIDA	ESTABILIDADE	QUEDA	NORMALIDADE
SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicação e orientação - Testagem maciça - Isolamento horizontal - Mobilização de instalações temporárias - Mobilização, recrutamento e treinamento de pessoal de saúde - Preparação de instalações de isolamento para a população carente (hotéis, espaços públicos, escolas, OM) - Aquisição e mobilização de material e equipamento necessários (suporte e emprego operacional) - Acomodamento e emprego das estruturas de pesquisa, gestão da informação e apoio à decisão - Promoção de ligações com a Inteligência - Intensificação dos planejamentos 	<ul style="list-style-type: none"> - Testagem maciça - Apoio estatal para isolamento seletivo de grupos de risco residentes em áreas carentes - Emprego de todos os meios disponíveis para acompanhamento do contágio e do isolamento - Intensificação das ações executadas pelas estruturas de pesquisa, gestão da informação e apoio à decisão - Manutenção das ligações com a Inteligência - Ajustamento da logística operacional - Ajustamento dos planejamentos 	<ul style="list-style-type: none"> - Testagem seletiva - Isolamento seletivo de grupos de risco - Acompanhamento de novos focos (segunda onda) - Planejamento da desmobilização de instalações temporárias - Manutenção das ações executadas pelas estruturas de pesquisa, gestão da informação e apoio à decisão - Ajustamento da logística operacional 	<ul style="list-style-type: none"> - Testagem em viajantes de área de risco - Reorganização do Sistema de Saúde - Aproveitamento das lições aprendidas na preparação para a próxima emergência - Gerenciamento dos processos de desmobilização
ECO	<ul style="list-style-type: none"> - Redução da atividade aos serviços essenciais - Restrições ao movimento - Medidas emergenciais de estímulo - Dinheiro público para sobrevivência das empresas - Planejamento da Reconstrução Econômica (PRE) - Aprovação emergencial das reformas necessárias para o estímulo à economia - Promoção do estabelecimento das estruturas logísticas adequadas, com destaque para as funções transporte e saúde - Intensificação dos planejamentos para as ações imediatas e para retorno à normalidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação de protocolos de retorno à normalidade - Retorno escalonado às atividades (por áreas, atividades, horários, etc) - Orientação federal / medição e decisão a nível municipal - Critérios de impacto para a Saúde x contribuição para a subsistência das populações mais carentes e/ou para a retomada da atividade - Direcionamento das obras públicas para pequenas e médias empresas - Abertura de "Frentes de Trabalho" nas regiões mais afetadas - Aperfeiçoamento dos planejamentos para as ações imediatas e para as ações vindouras (retorno à normalidade) 	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento do retorno à normalidade - Transição das medidas emergenciais (sobrevivência) para medidas estruturais - Início da execução do PRE - Aperfeiçoamento dos planejamentos 	<ul style="list-style-type: none"> - Impulso na execução do PRE - Reordenamento das finanças públicas - Orientação/Indução da retomada do crescimento

SOC	<ul style="list-style-type: none"> - Dinheiro público para renda mínima de autônomos e informais - Medidas emergenciais de suporte à população mais vulnerável - Conscientização da sociedade - Organização de sistema de informações ao público no nível local (voluntários, temporários, etc). - Fechamento escolas em todos os níveis 	<ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento da rede de contenção social nas regiões carentes (Igrejas, associações de moradores, etc) - Retorno escalonado às atividades (por áreas, atividades, horários, etc) - medição e decisão a nível municipal - Estímulo ao empreendedorismo e cooperativismo - Diretrizes centrais para o estabelecimento dos protocolos de isolamento seletivo 	<ul style="list-style-type: none"> - Início do retorno das escolas: mediante análise dos indicadores de saúde, econômicos e sociais, em cada região 	<ul style="list-style-type: none"> - Informação e conscientização da população - Retorno do funcionamento das escolas em todos os níveis
POL	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de sistema de coordenação de ações nacional, com alcance municipal (Sistema Nacional de Defesa Civil?) - Intensificação da Inteligência no nível estratégico - Estabelecimento e constante aperfeiçoamento das estruturas de comunicação estratégica - No nível nacional, estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada, terceiro setor e com os níveis políticos estadual e municipal - No nível internacional, estabelecimento de parcerias com iniciativa privada, terceiro setor, outros países e organismos internacionais - Integrar ao máximo os três Poderes, com vistas à mitigar entraves burocráticos, legais e administrativos que prejudiquem a celeridade da viabilização das medidas emergenciais - Estabelecimento das estruturas necessárias para a viabilização oportuna das ações emergenciais já deliberadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Alinhamento dos entes federativos no enfrentamento - Aperfeiçoamento das estruturas de comunicação estratégica - No nível nacional, aperfeiçoamento das parcerias com a iniciativa privada, terceiro setor e com os níveis políticos estadual e municipal - No nível internacional, aperfeiçoamento das parcerias com iniciativa privada, terceiro setor, outros países e organismos internacionais - Aperfeiçoar a integração dos três Poderes, com vistas à mitigar entraves burocráticos, legais e administrativos que prejudiquem a celeridade da viabilização das medidas emergenciais - Aperfeiçoar o funcionamento das estruturas necessárias para a viabilização oportuna das ações emergenciais já deliberadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Alinhamento dos entes federativos no enfrentamento - Manutenção e aperfeiçoamento das estruturas de comunicação estratégica - No nível nacional, ajustamento das parcerias com a iniciativa privada, terceiro setor e com os níveis políticos estadual e municipal - No nível internacional, aperfeiçoamento das parcerias com iniciativa privada, terceiro setor, outros países e organismos internacionais - Manutenção e ajustamento das medidas de integração dos 3 Poderes, com vistas à mitigar entraves burocráticos, legais e administrativos que prejudiquem a celeridade da viabilização das medidas emergenciais - Ajustamento das estruturas necessárias para a viabilização oportuna das ações emergenciais já deliberadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Alinhamento dos entes federativos no enfrentamento - Avaliação e exploração da comunicação estratégica, com vistas à potencializar a coesão nacional - Avaliação e exploração das parcerias viabilizadas, tanto no nível nacional como internacional